

## Caderno de Prova

Código do Eixo  
**102**

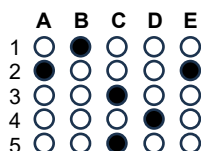
Gestão e Negócios  
**Administração Financeira**

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

## LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

### TEXTO 1

#### A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
  - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
  - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
  - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
  - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
  - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
  - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
  - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
  - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: [folha.uol.com.br](http://folha.uol.com.br). Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

## CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
  - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
  - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
  - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
  - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
  - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
  - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
  - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
  - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
  - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
  - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
  - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
  - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
  - B) Eixo tecnológico.
  - C) Área Tecnológica.
  - D) Qualificação Profissional.
  - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
  - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
  - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
  - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
  - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
  - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
  - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
  - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
  - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
  - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
  - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
  - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
  - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
  - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
  - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
  - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
  - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
  - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
  - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
  - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
  - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
  - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
  - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
  - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
  - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

## **INTEGRIDADE**

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
  - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
  - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
  - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
  - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
  - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
  - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
  - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
  - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
  - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
  - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
  - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
  - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
  - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
  - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
  - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
  - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. São vários os métodos e técnicas utilizados para avaliar, comparar e selecionar projetos que maximizem o retorno para o acionista e gestores em relação à escolha do projeto por uma empresa. Entre eles, encontra-se o Valor Presente Líquido (VPL). Essa técnica é utilizada para determinar
- A) o custo inicial de um investimento, a partir do fluxo de caixa futuro, descontado por uma taxa de juros apropriada.
  - B) a razão entre o valor presente das entradas de caixa e o investimento inicial de um projeto.
  - C) a taxa de desconto que iguala o valor presente dos fluxos de caixa futuros ao investimento inicial.
  - D) o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa de juros apropriada, menos o valor do investimento inicial.
  - E) o número de anos necessários para recuperar o investimento inicial realizado.
22. No contexto corporativo, a educação financeira é considerada uma ferramenta estratégica que busca desenvolver nos colaboradores competências para a gestão responsável e consciente de seus recursos. Sua implementação
- A) contribui para a produtividade e satisfação dos colaboradores ao promover maior equilíbrio entre vida financeira pessoal e desempenho profissional.
  - B) elimina os riscos de mercado enfrentados pela empresa através da utilização de ferramentas estatísticas de previsão.
  - C) restringe-se a treinamentos técnicos com foco apenas no aumento do lucro pessoal.
  - D) desenvolve unicamente habilidades matemáticas aplicadas a cálculos financeiros.
  - E) baseia-se em teorias econômicas sem aplicação prática no ambiente empresarial.
23. A Responsabilidade Social das Organizações (RSO) é encarada como um dos temas de investigação mais relevantes do século vigente. Dentre suas principais características, tem-se
- A) o cuidado com o meio ambiente, o estímulo ao desenvolvimento do mercado financeiro e o respeito à saúde e ao bem-estar dos funcionários da organização.
  - B) a potencialização de resultados econômicos de curto prazo, funcionando como estratégia de valorização imediata da empresa perante investidores.
  - C) a adoção de iniciativas sociais externas sem necessidade de integração com a gestão interna da organização.
  - D) a incorporação de práticas que conciliam o desempenho econômico da empresa com o cuidado ambiental, o fortalecimento das comunidades e a valorização dos direitos humanos.
  - E) o protagonismo exclusivo das empresas de grande porte, já que o impacto das pequenas empresas é considerado marginal nesse processo.
24. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) estabelece que o governo não pode gastar mais do que arrecada e se aplica integralmente a órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. São exemplos de entidades sujeitas integralmente às regras da LRF:
- A) Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal
  - B) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
  - C) Petrobras e Eletrobras
  - D) Banco da Amazônia (BASA) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
  - E) TCU e BNDES

25. Na educação profissional técnica de nível médio, a educação financeira funciona como uma ferramenta social que contribui para o desenvolvimento de competências dos estudantes. Durante sua implantação, essa ferramenta
- A) valoriza o uso de tecnologias digitais como apoio, reduzindo a ênfase na prática de cálculos manuais, favorecendo a interpretação dos resultados obtidos.
  - B) favorece a formação de hábitos relacionados ao planejamento e ao gerenciamento responsável dos recursos, estimulando escolhas financeiras mais conscientes e sustentáveis.
  - C) pode ser organizada em disciplinas específicas, de modo a aprofundar conteúdos, não sendo, necessariamente, desenvolvida em todas as áreas do currículo.
  - D) amplia a participação social dos estudantes ao discutir questões financeiras do cotidiano, ainda que seu impacto direto na autonomia econômica futura seja menos imediato.
  - E) privilegia, inicialmente, práticas ligadas ao controle das despesas e à busca de equilíbrio financeiro, podendo ser percebida como voltada para resultados de curto prazo.
26. A aplicação do Compliance financeiro em uma instituição visa
- A) analisar as demonstrações contábeis para verificar sua exatidão em conformidade com normas e eficácia dos controles internos.
  - B) proteger ativos e garantir informações confiáveis para minimizar o risco de investimentos realizados no mercado financeiro.
  - C) promover verificações realizadas por órgãos independentes para assegurar conformidade, transparência e correta aplicação de recursos.
  - D) garantir a existência de políticas e normas, controles nos processos, relatórios para aprimorar a gestão interna e práticas que minimizem riscos operacionais.
  - E) organizar e controlar informações financeiras e administrativas para apoiar decisões e o planejamento estratégico da empresa.
27. A empresa XYZ Ltda. fabrica dois produtos: Produto A e Produto B. Em determinado mês, os custos diretos e indiretos foram os seguintes:

- Produto A: matéria-prima R\$ 50.000,00; mão de obra direta R\$ 20.000,00
- Produto B: matéria-prima R\$ 70.000,00; mão de obra direta R\$ 30.000,00
- Custos Indiretos de Fabricação (CIF): R\$ 25.000,00

Sabendo-se que essa empresa utiliza o custeio por absorção e rateia os CIF proporcionalmente à mão de obra direta, o custo total do Produto A e do Produto B, respectivamente, é:

- A) R\$ 85.000,00; e R\$ 110.000,00
- B) R\$ 80.000,00; e R\$ 115.000,00
- C) R\$ 75.000,00; e R\$ 120.000,00
- D) R\$ 75.000,00; e R\$ 120.000,00
- E) R\$ 95.000,00; e R\$ 100.000,00

28. O mercado financeiro é o ambiente no qual se produz um intercâmbio entre os ativos financeiros e onde são determinados os seus preços. No Brasil, a Comissão de valores mobiliários (CVM) está presente nesse mercado e, dentre suas atribuições, tem-se:
- A) assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e da solidez do Sistema Financeiro Nacional.
  - B) executar a política monetária mediante utilização de títulos do Tesouro Nacional.
  - C) fixar a taxa de referência para as operações compromissadas de um dia, conhecidas como taxa SELIC.
  - D) controlar as operações de crédito das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional.
  - E) assegurar e fiscalizar o funcionamento eficiente das bolsas de valores, do mercado de balcão organizado e dos mercados de derivativos.
29. No mercado financeiro, o conceito de risco está associado ao conjunto de eventos que podem acontecer e às suas respectivas probabilidades de ocorrência. Dentre os seus componentes, encontra-se o risco sistemático, que é definido como:
- A) aquele que afeta apenas uma empresa ou setor específico da economia, não impactando o mercado como um todo.
  - B) modalidade de risco, que pode ser reduzida ou eliminada através de estratégias de diversificação da carteira de investimentos.
  - C) aquele decorrente da falta de conhecimento ou informação adequada do investidor sobre o funcionamento do mercado financeiro.
  - D) parcela do risco de investimento, que afeta todo o mercado ou um grande número de ativos, não podendo ser eliminada por meio da diversificação de uma carteira.
  - E) aquele que é exposto a perdas resultantes de falhas em processos internos, sistemas, de pessoas ou por fatores externos não relacionados diretamente ao mercado.
30. No mercado de capitais, as debêntures emitidas por uma empresa caracterizam-se, principalmente, por
- A) configurarem títulos de crédito emitidos por empresas que assegurem ao investidor direito a juros pré ou pós-fixados.
  - B) representarem a participação societária no capital da empresa emissora, oferecendo ao investidor retorno variável, atrelado ao desempenho da companhia, sem garantia de remuneração fixa.
  - C) possuírem vencimento determinado, exigindo a espera até essa data, para que o investidor recupere o valor aplicado.
  - D) como contratos derivativos, negociados em bolsas ou no mercado de balcão organizado, com liquidação futura.
  - E) como operações privadas entre partes específicas, com termos ajustados livremente, sem padronização ou regulação do mercado.
31. No ciclo orçamentário brasileiro, a etapa denominada execução orçamentária e financeira corresponde à fase em que o Poder Executivo implementa a Lei Orçamentária Anual (LOA). Durante essa fase, o Poder Executivo
- A) realiza a arrecadação das receitas previstas, efetua o pagamento das despesas autorizadas e cumpre o cronograma mensal de desembolso definido na programação financeira aprovada.
  - B) discute, estuda e aprova a Lei de Orçamento junto ao Poder Legislativo.
  - C) elabora a proposta orçamentária, consolidando as estimativas de receitas e despesas previstas para o exercício seguinte, e a envia ao Poder Legislativo para análise, discussão e posterior deliberação.
  - D) recebe as emendas apresentadas à proposta orçamentária, realiza a devida análise técnica e emite parecer fundamentado sobre sua pertinência e viabilidade.
  - E) realiza audiências públicas para discutir a LOA após sua aprovação.

32. A empresa XYZ Ltda. produz um único produto com os seguintes dados:

- Preço de venda por unidade: R\$ 80,00
- Custo variável por unidade: R\$ 50,00
- Custos fixos mensais: R\$ 90.000,00
- Venda planejada: 5.000 unidades no mês

Com base nos dados apresentados, o ponto de equilíbrio (PE) do produto e sua margem de segurança (MS), em unidades, são, respectivamente:

- A) PE: 3.000; MS: 2.000
- B) PE: 3.000; MS: 1.500
- C) PE: 2.500; MS: 2.500
- D) PE: 2.500; MS: 1.500
- E) PE: 2.000; MS: 3.000

33. Determinada empresa, inaugurada no mês 1, está desenvolvendo um orçamento de caixa para os meses 3, 4 e 5. As vendas realizadas nos meses 1 e 2 foram, respectivamente, de R\$ 50.000,00 e R\$ 60.000,00. Estão previstas vendas de R\$ 80.000,00, R\$ 100.000,00 e R\$ 100.000,00 para os meses 3, 4 e 5, respectivamente.

A política de recebimento é a mesma desde o mês 1, sendo:

- 10% das vendas recebidos à vista (no próprio mês da venda);
- 40% recebidos no mês seguinte à venda;
- 50% recebidos no segundo mês após a venda.

Considerando essas informações, a previsão de entradas de caixa no mês 3 é:

- A) 80.000,00.
- B) 57.000,00.
- C) 60.000,00.
- D) 72.000,00.
- E) 90.000,00.

34. O índice de liquidez corrente (LC) mede a capacidade de uma empresa de pagar suas obrigações de curto prazo, utilizando recursos de curto prazo.

Considere as informações seguintes sobre a Empresa ABC.

Caixa: R\$ 4.000,00  
Contas a receber a curto prazo: R\$ 3.000,00  
Investimentos de longo prazo: R\$ 1.500,00  
Estoques: R\$ 5.000,00  
Imóveis: R\$ 20.000,00  
Fornecedores: R\$ 6.000,00  
Salários a pagar: R\$ 2.000,00  
Financiamentos bancários de longo prazo: R\$ 10.000,00

O índice de liquidez corrente (LC) da Empresa ABC é de

- A) 1,2
- B) 2,0
- C) 1,0
- D) 1,5
- E) 1,8

35. Necessidade de Capital de Giro (NCG) refere-se ao montante de recursos financeiros que uma empresa deve manter aplicado no curto prazo para sustentar suas operações diárias. Considere as contas apresentadas a seguir.

Empréstimos de curto prazo: R\$ 3.000,00  
Salários a pagar: R\$ 1.500,00  
Contas a receber a curto prazo: R\$ 2.000,00  
Estoques: R\$ 3.000,00  
Aplicações financeiras de longo prazo: R\$ 5.000,00  
Caixa: R\$ 5.000,00  
Fornecedores: R\$ 2.500,00

Com base nas contas apresentadas, a Necessidade de Capital de Giro (NCG) é de:

- A) R\$ 6.000,00  
B) R\$ 1.000,00  
C) R\$ 3.000,00  
D) R\$ 13.000,00  
E) R\$ 4.000,00
36. Leia o texto a seguir para responder à questão.

As finanças sustentáveis surgem como um elemento transformador nas economias globais, não apenas como uma tendência, mas como uma necessidade urgente diante dos desafios contemporâneos. Com o aumento das preocupações com as mudanças climáticas, a desigualdade social e a governança ética, as finanças sustentáveis buscam alinhar o crescimento econômico com a responsabilidade social e ambiental. [...] O comportamento dos investidores é um dos principais impulsionadores das finanças sustentáveis. Pesquisas indicam que o número de investidores que consideram fatores Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) em suas decisões cresceu exponencialmente na última década. Essa mudança reflete uma conscientização crescente de que práticas empresariais responsáveis podem não só reduzir riscos, mas também gerar oportunidades de negócios. Empresas que adotam práticas de ASG robustas tendem a ser mais resilientes, inovadoras e preparadas para enfrentar desafios futuros, como mudanças regulatórias ou crises econômicas. [...] Além das motivações dos investidores, a regulamentação tem sido fundamental para promover as finanças sustentáveis. Governos em todo o mundo estão estabelecendo políticas que incentivam a integração de critérios ASG nas decisões financeiras.

FONTE: SOUZA, Ronaldo. Finanças Sustentáveis: um caminho para o futuro econômico e social. gov.br, Brasília, 23 set. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/financas-sustentaveis-um-caminho-para-o-futuro-economico-e-social>. Acesso em: 24 ago. 2025.

Considerando as informações do texto e o conhecimento sobre práticas ASG, um dos principais desafios para o avanço das finanças sustentáveis é:

- A) falta de motivação dos investidores.  
B) regulamentação sobre os aspectos ASG em diversos países.  
C) práticas ASG não geram oportunidades de negócios para as empresas.  
D) desigualdade econômica entre os países do mundo.  
E) padronização de critérios de transparência das informações de práticas ASG.

37. O investimento inicial em uma determinada empresa foi de R\$ 70.000,00. No primeiro ano, o prejuízo foi de R\$ 20.000,00; e, no segundo ano, de R\$ 10.000,00. No terceiro ano, a empresa começou a ter lucro, que foi de R\$ 30.000,00;. No quarto ano, o lucro foi R\$ 35.000,00. E, por fim, no quinto ano, o lucro foi de R\$ 50.000,00.

O Payback simples dessa empresa é de, aproximadamente:

- A) 5,15 anos.  
B) 4,12 anos.  
C) 5 anos.  
D) 3,04 anos.  
E) 4,5 anos.
38. Negócios de impacto social podem receber, inicialmente, financiamentos externos. Um deles é um aporte de capital de risco feito por investidores em pequenos empreendimentos na sua fase de arranque, que valida as ideias e os produtos mínimos viáveis (MVP). Além disso, os investidores podem auxiliar com experiência e networking. O intuito é que esses investidores possam vender suas participações com lucro. Esse tipo de financiamento denomina-se
- A) Financiamento Coletivo.  
B) Fundos de Participação.  
C) Empréstimos Sociais.  
D) Capital Semente.  
E) Linhas de Crédito.
39. A tabela a seguir apresenta dados financeiros de cinco empresas do mesmo setor.

Empresa	Alpha	Beta	Gama	Delta	Epsilon
Ativos	R\$ 2.500,00	R\$ 14.000,00	R\$ 6.000,00	R\$12.000,00	R\$ 4.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 1.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 8.000,00	R\$ 3.500,00

FONTE: FUNCERN, 2025.

Com base nos dados financeiros descritos na tabela, a empresa que apresenta a maior porcentagem de endividamento em relação à sua estrutura de capital é:

- A) Gama.  
B) Alpha.  
C) Beta.  
D) Delta.  
E) Epsilon.
40. Uma empresa vendeu, em um determinado mês, 30.000 unidades de seu único produto a R\$ 70,00, cada. As despesas variáveis são da ordem de R\$ 55,00. As despesas fixas apresentaram o montante de R\$ 360.000,00. Espera-se, para o mês posterior, um aumento das vendas em 3.600 unidades.

O grau de alavancagem operacional atual, em unidades, e o resultado operacional do mês posterior são, respectivamente:

- A) 23,33; e R\$ 144.000,00  
B) 3,5; e R\$ 144.000,00  
C) 5; e R\$ 144.000,00  
D) 5; e R\$ 450.000,00  
E) 3,5; e R\$ 450.000,00

41. O custeio baseado em atividades (*Activity Based Costing* - ABC) é um método de custeio para a tomada de decisão interna. Para fins do cálculo em si, a sequência de cálculo desse método é:
- A) Identificar os custos > Direcionar as atividades aos custos > Direcionar os custos aos produtos.
  - B) Direcionar as atividades aos custos > identificar os custos > Direcionar os custos aos produtos.
  - C) Identificar custos > Direcionar os custos às atividades > Direcionar as atividades custeadas aos produtos.
  - D) Direcionar as atividades aos custos > Direcionar os custos aos produtos.
  - E) Direcionar os custos às atividades > identificar os custos > Direcionar as atividades custeadas aos produtos.
42. A regressão linear simples e a regressão linear múltipla são modelos econométricos que podem ser utilizados para a previsão de variáveis (dependentes =  $y$ ) a partir da relação significativa com outras variáveis (independentes =  $x$ ). Para o uso ideal de um modelo desse tipo no sentido de se ter a previsão de algum aspecto financeiro, como receita ou despesas, deve-se tomar como base algumas premissas, como, por exemplo:
- A) considerar um  $R_2$  sempre próximo ao valor “0”, o que significa que o modelo está ajustado.
  - B) a significância do Teste t do coeficiente da(s) variável(eis)  $x$ (’s) estar(em) acima de 10%.
  - C) o coeficiente de uma variável independente será significativo se o seu intervalo de confiança não constar o valor “0”.
  - D) considerar que os sinais dos coeficientes das variáveis independentes devem ser positivos.
  - E) o coeficiente linear da equação proposta deve ser diferente de “0”.
43. Uma empresa produz apenas um produto. Geralmente, são usados 5 gramas de material para a produção desse produto, sendo que 1 grama custou R\$ 0,40. No mês de agosto de 2025, foram produzidas 3.000 unidades desse mesmo produto, mas foram consumidas 4,5 gramas por unidade nesta produção, e o material foi comprado por R\$ 0,50.

A variação de quantidade e a variação de preço de material direto dessa empresa são, respectivamente:

- A) R\$ 600,00 Desfavorável e R\$ 1.350,00 Favorável.
  - B) R\$ 750,00 Desfavorável e R\$ 1350,00 Desfavorável.
  - C) R\$ 600,00 Favorável e R\$ 1.350,00 Desfavorável.
  - D) R\$ 1.350,00 Favorável e R\$ 600,00 Favorável.
  - E) R\$ 750,00 Favorável e R\$ 1.350,00 Favorável.
44. Uma determinada fábrica produz e vende computadores. O custo unitário é de R\$ 1.500,00, sendo que o custo variável é 40% desse valor. Cada computador é vendido por R\$ 2.400,00. O lucro anual apresentado no exercício anterior foi de R\$ 90.000,00, com 100 computadores vendidos.
- Para ampliar esse lucro em 70%, a empresa deve aumentar a produção e as vendas em
- A) 70%.
  - B) 50%.
  - C) 45%.
  - D) 40%.
  - E) 35%.

45. Empreendimentos sociais são aqueles que buscam, além do retorno do capital investido, modificar paradigmas relacionados aos problemas sociais. Nesse sentido, uma cooperativa pode ser designada como um negócio de impacto social, pois
- A) as sobras da cooperativa atendem as necessidades econômicas dos cooperados, sem a necessidade de cooperação com outras cooperativas.
  - B) existe uma Governança Corporativa por meio da qual os cooperados se informam sobre as decisões tomadas pelos dirigentes, estabelecendo uma participação social passiva.
  - C) são negócios geridos por pessoas de baixa renda, que atuam diretamente na comunidade atendida, visando, exclusivamente, o ganho econômico do cooperados.
  - D) surge, geralmente, de necessidades coletivas e sociais de uma região, comunidade ou classe, oferecendo participação nas sobras e conhecimento para os cooperados.
  - E) o lucro da cooperativa, geralmente, não é repartido entre os cooperados, sendo todo ele reinvestido no negócio, declarando, assim, o caráter social da cooperativa.
46. Segundo o Art. 165, § 5º da Constituição Federal (1988), a Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá:
- I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
  - II. o orçamento de investimento das empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
  - III. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

O princípio orçamentário que rege o artigo supracitado é:

- A) unidade.
  - B) exclusividade.
  - C) competência.
  - D) especificação.
  - E) universalidade.
47. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal dos entes federativos. Segundo o art. 19, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de:
- A) União: 50%; estados: 50%; municípios: 50%.
  - B) União: 55%; estados: 65%; municípios: 60%.
  - C) União: 50%; estados: 60%; municípios: 60%.
  - D) União: 60%; estados: 60%; municípios: 60%.
  - E) União: 55%; estados: 60%; municípios: 55%.

48. Um clube de futebol precisa calcular o preço de venda do ingresso de seu próximo jogo em casa. Para isso, o gestor financeiro dispõe dos seguintes dados de custos em seu orçamento: aluguel do estádio: R\$ 35.000,00; quarteto de arbitragem: R\$ 7.000,00; seguranças: R\$ 4.000,00; aluguel da ambulância e pronto-socorristas: R\$ 2.000,00; custo da fabricação do ingresso: R\$ 1,50, por ingresso.

Além disso, o clube incorre em Imposto Sobre Serviços (ISS) de 5% e a Margem de Lucro indicada é de 45%. Ademais, a capacidade do estádio é de 12.000 pessoas.

Considerando que a expectativa é de público total no estádio e que o gestor utilizará a metodologia do mark-up, o preço de venda do ingresso será de

- A) R\$ 9,00
  - B) R\$ 12,00
  - C) R\$ 5,50
  - D) R\$ 7,50
  - E) R\$ 11,00
49. Um gestor financeiro observou que a receita do mês de dezembro de sua empresa, nos últimos dois anos, teve uma relação positiva e linear com a contratação de funcionários temporários, conforme os dados da tabela a seguir.

Mês	Funcionários temporários contratados	Receita
Dezembro de 2023	12	R\$ 30.000,00
Dezembro de 2024	20	R\$ 45.000,00

FONTE: FUNCERN, 2025.

Sabendo-se que o departamento pessoal pretende contratar 14 funcionários no mês de dezembro de 2025, a receita estimada para esse mês será de:

- A) R\$ 35.000,00
- B) R\$ 31.500,00
- C) R\$ 33.500,00
- D) R\$ 32.000,00
- E) R\$ 33.750,00

50. Uma empresa fabrica e vende três produtos similares. Os dados da tabela a seguir mostram o preço de venda, os custos variáveis, a quantidade vendida estimada de cada um e os custos fixos da empresa.

Produto	Preço de Venda	Custos variáveis unitários	Quantidade Vendida
A	R\$ 30,00	R\$ 18,00	750 unidades
B	R\$ 25,00	R\$ 9,00	900 unidades
C	R\$ 26,00	R\$ 10,00	1.350 unidades
Custos Fixos = R\$ 60.000,00			

FONTE: FUNCERN, 2025.

Considerando os dados disponibilizados e mantendo-se o mesmo mix de vendas, o ponto de equilíbrio médio da empresa, em unidades, é

- A) 3.000.
- B) 5.000.
- C) 4.000.
- D) 3.750.
- E) 4.500.

